

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

**RETRATOS DA EDUCAÇÃO: PRIVATIZAÇÃO COMO FIM ÚNICO NÃO É DIREITO,
É LUCRO!**

*Maisa Rose Serra de Almeida
Juliana Barbosa da Silva
Valéria Souza Lima Brito*

Resumo

O objetivo deste estudo é tecer discussões sobre o processo de privatização da Educação Pública no Brasil seu contexto e seus desdobramentos na educação. O referencial teórico adotado consiste em achados que contribuem para a compreensão do contexto e da efetivação de políticas/programas/instituições de iniciativa privada na educação pública básica como Mezários (2008), Brasil (1988), Montañó (2002), Engels (1876) e Borghi (2018). A metodologia abordada é a pesquisa bibliográfica que visa compreender e analisar ideias e concepções sobre a temática. Portanto, entendemos que a Educação situada no contexto do neoliberalismo mediante políticas privatistas legitimadas pelo Estado, por intervenção de políticas públicas para fins mercadológicos através de parcerias ou programas, que concebe a educação uma mercadoria que serve para satisfazer o mercado e o interesses do capital. O que significa que a Educação Pública cada vez mais sucateada e precária é entregue a organizações privadas com seus interesses utilitários e lucrativos.

Palavras chave: Educação pública. Privatização da Educação. Reformas Educacionais

Introdução

Compreendemos que a Educação situada no contexto das políticas privatistas que o Estado impulsiona e legitima, ao desenvolver políticas públicas que permite que a Educação se torne uma mercadoria, para atender aos interesses mercadológicos do Capital, evidenciando uma educação pública cada vez mais sucateada e precarizada. É preciso despertar nossa compreensão para a “privatização” posta, pois a transferência da escola pública para os órgãos privados, o Estado deixa de cumprir com seu compromisso. De acordo a Constituição Federal de 1988, em seu art.º 205, “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Percebemos, portanto, uma contradição nos aspectos constitucionais do país, provocando estigmas e rasgando a constituição federal.

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

Sabe-se que a Educação deve ser oferecida pelo Estado de forma gratuita e de qualidade a todos, e ao ser privatizada ela torna-se um objeto precificado numa visão constante de lucro, transformando tudo em investimento e interesses do capital. Compreender o processo de privatização da Educação Pública requer um esforço para desvelar as aparências, é necessário entender o contexto social, político e econômico da conjuntura em que o país se encontra.

No campo da política, estabelece-se uma disputa com forças representadas, de um lado, pelo governo, classe empresarial da Educação, organismos internacionais tendo implicações diretas na condução das Políticas Públicas na Educação, a favor de um sistema que engrena no favorecimento da reprodução do capital, com finalidade de atender a lógica do mercado e seus interesses. Os organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), como um organismo internacional que desenvolve propostas no âmbito educacional destinadas a reformas na Educação, com discurso que, por meio dessas reformas educacionais, os países poderão alcançar um nível de desenvolvimento e diminuir as desigualdades. Nesse sentido, Mezários (2008, p. 16) compreende que,

“A crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que tudo se vende, tudo se compra, tudo tem preço, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro.”

Nesse sentido, evidenciamos neste estudo, como o processo de privatização da Educação vem acontecendo de forma sutil e camuflada, acontecendo de tal modo e se tornando de fato uma mercadoria, onde os organismos empresariais atuam junto ao Estado para formular políticas e programas investindo na Educação, e assim pontuamos a partir de estudos algumas políticas e programas de iniciativa privada que tem por fim precificar a educação.

No contexto da Educação Básica, o interesse da atuação dos grandes grupos empresariais dar-se de maneira acentuada. Tal situação é explicada pelo fato de o número de matrículas nas etapas da educação infantil, fundamental e médio ser elevado quanto ao ensino superior no Brasil. Os grupos empresariais educacionais têm na educação básica, um mercado promissor lucrativo para suas ações de vendas, consultorias, formação de professores, cursos, apostilas, materiais didáticos, livros, evidenciando uma notória e preocupante expansão dos interesses privados frente ao público, resultando em um redimensionamento da autonomia do Estado, o

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

qual desponta como inimigo da qualidade da educação pública e, por conseguinte, o maior apoiador da privatização da educação pública em nosso país.(SOUZA E MOREIRA, 2020)

A nova ordem mundial que tem como o Neoliberalismo como modelo econômico adotado por muitos países, não se restringiu apenas ao campo econômico. Com o fortalecimento da ideia do Estado mínimo, juntamente com as promoções ideológicas dos aparelhos de Estado com o intuito de cristalizar a hegemonia do capital, tanto o campo econômico quanto aos aspectos sócio - culturais de todos os setores públicos e privados da sociedade. E nesse viés que dar-se início aos ataques ao ensino público, a defesa do ensino privado em conjunto ao ensino técnico profissionalizante que teria um papel fundamental no processo de formação de mão-de-obra produtiva em menor tempo possível. (MONTES, 2020).

O neoliberalismo não é um movimento puramente econômico, mas sim cultural, numa perspectiva em formar um “novo homem” ideologicamente diferente de mentalidade empreendedora, havendo a desvalorização da classe trabalhadora. A história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes. Outro aspecto do neoliberalismo é a exaltação de que o sucesso advém única e exclusivamente do indivíduo, ignorando completamente a existência das contradições materiais de uma sociedade capitalista, assim sendo, tais aspectos foram incorporadas pelas instituições de maneira avançar ideologicamente a hegemonia do capital.

Na conjuntura atual o sistema educacional público reproduz de maneira massiva práticas que reforçam os valores capitalistas da nossa sociedade como a meritocracia, a produtividade, a individualidade, a competitividade entre os alunos, o consumismo e até mesmo a exclusão social e racial. A escola na perspectiva do projeto neoliberal se curvou completamente à lógica das empresas capitalistas que objetivam o lucro e a produtividade. A educação é reduzida ao aspecto de mercadoria, se confundindo com uma fábrica em um viés empresarial, cujos alunos são percebidos como consumidores do conhecimento.

Ademais, podemos visualizar políticas educacionais que abrangem a inserção de programas, instituições e fundações privadas que afetam diretamente o processo de ensino e a organização das escolas públicas. A política de avaliação em larga escala visa obter resultados sobre o nível educacional da educação básica, sem levar em conta os diferentes contextos e realidades do Brasil e seu impacto no processo educacional. importante considerar que no campo político e econômico, o neoliberalismo anseia por menos intervenção do Estado, promovendo uma

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

completa autonomia às instituições privadas, no campo da educação pública, vista como um pequeno obstáculo aos grupos de interesses do capital que visam o controle de interesses do capital no controle da instituição escolar.

Metodologia

A metodologia adotada para a produção deste estudo consistiu na pesquisa bibliográfica, “a pesquisa bibliográfica primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo.” (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65), a qual nos apropriamos de achados para compreender o processo de privatização em seu contexto e implicações para a Educação.

Através dessa perspectiva metodológica o pesquisador tem como possibilidade o contato com estudos desenvolvidos que abordam reflexões sobre o tema pesquisado. Ao resgatar um levantamento bibliográfico, o pesquisador deve fazer leituras exploratórias da obra de acordo com o tema a ser desenvolvido para auxiliar na definição do tema. Quando um pesquisador coleta informações relevantes e contribui para o aprendizado e desenvolvimento da pesquisa, ele deve ler, refletir e escrever o que estuda, e se dedicar à pesquisa para reconstruir a teoria e aprimorar a fundamentação teórica.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica para apropriação de alguns pressupostos e ideias sobre políticas e/ou programas da iniciativa privada no contexto da educação básica pública e seu impacto na educação pública de qualidade. Sousa, Oliveira e Alves (2021) destaca que o pesquisador ao buscar literaturas relevantes diante da temática pesquisada, tem como possibilidade o auxílio que contribui para identificar aspectos importantes para o trabalho científico na contextualização do estudo. Sendo uma perspectiva deste estudo, através da abordagem metodológica compreendemos o quão é significativa para os espaços educativos, visto que contribui para processo argumentativo das pesquisas e estudos. Para tanto, utilizamos autores como referenciais teóricos, Mezários (2008), Brasil (1988), Montañó (2002), Engels (1876) e Adrião (2009) que corroboram com o objeto de estudo, a fim de tecer discussões acerca do cenário atual dos programas/políticas educacionais.

Resultados e discussão

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

As políticas ou programas privatistas, permeados pelo modelo de ordem neoliberal, desempenham um papel na educação pública, estruturando-a e cada vez mais direcionando-a para um processo de mercantilização, transformando a educação em mercadoria para que satisfaçam os interesses do capital. O BM é uma dessas instituições internacionais, que no campo da educação, desenvolveu um pacote de recomendações destinadas a implementar reformas educacionais nos países em desenvolvimento, alegando falsamente que, por meio dessas reformas educacionais, os países poderão alcançar um certo nível de desenvolvimento e reduzir a desigualdade.

Notadamente, a educação está sendo cada vez mais ofertada para atender o mercado, com o objetivo de capacitar a mão de obra por meio da formação técnica. As organizações empresariais intervêm na educação pública para ampliar a lógica de produção, eficiência e lucratividade, e desse modo os direitos de todos tornam-se objeto de mercadorias (ADRIÃO, 2009). Um dos argumentos apresentados pelos grupos educacionais para a gestão pública de ensino é a ênfase na qualidade e, esse discurso por meio da educação possibilita com que grupos educacionais privados ingressem junto às secretarias de educação para ofertar a tão propalada qualidade de ensino.

A adoção de sistemas privados de ensino pela rede pública é uma forma disfarçada da privatização, sem considerar os diferentes contextos e realidades do Brasil, com o objetivo de alcançar resultados no nível educacional da educação básica. Nesse sentido, podemos citar as avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que visam obter um diagnóstico da qualidade da educação oferecida pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados.

Atualmente, a reforma do Novo Ensino Médio tem exercido de maneira efetiva um modelo de contenção e busca pela privatização do ensino. Na prática, suas políticas levam ao desmantelamento de conteúdos básicos, livros esvaziados, conhecimentos fragmentados, com itinerários específicos que privam os discentes do conhecimento que não dizem respeito as suas respectivas áreas.

A Reforma do Ensino Médio revela cada vez mais o seu caráter neoliberal posto a atender aos interesses mercadológicos, à medida que retira como obrigatórias as disciplinas que são essenciais para formação do indivíduo. Se consideramos os textos da reforma do Ensino Médio de forma coerente e eficaz, percebemos que manteremos uma base curricular comum e,

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

em vez disso, dado o espaço e a carga horária adequados dos professores, devemos oferecer disciplinas eletivas e equipar salas de aula em tempo integral. No entanto, é importante considerar diversas realidades, pois muitos desses discentes vivem em diferentes circunstâncias familiares, sociais e econômicas, refletindo as desigualdades sociais que existem em nosso país.

A organização curricular das instituições/redes deve manter a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e proporcionar aos estudantes diferentes possibilidades de "escolha", os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. O que de fato ocorreu na prática é a redução da carga horária da Base Comum, precarização das condições de trabalho e a ausência de remuneração digna.

A carreira docente não corresponde às inúmeras demandas e exigências acadêmicas que cada vez mais se estendem aos professores da Educação Básica. Se os professores da Educação Básica ministrarem componentes como Iniciação Científica, eles precisam de um cronograma que contemple orientação, estudos, logo, 1 hora/aula, pois 50 minutos por semana é insuficiente. Formação contínua para/com e pela pesquisa. O que gera lacunas entre os alunos da escola pública e os da educação privada, de modo o slogan da privatização da educação vai cada vez mais ganhando mais forças para efetivação. Outro aspecto muito importante é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) citado por Santos (2017, p. 254),

“O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é outra política de controle e avaliação que tem como finalidade obter dados sobre o desempenho educacional do ensino médio, mas tornou-se nos últimos anos também um exame seletivo para a entrada dos estudantes nas universidades do país.”

O ENEM na prática é o mesmo arranjo curricular tão equivocadamente quanto a BNCC, pois na prática docente, dadas as condições objetivas oferecidas, está longe da situação real do chão da sala de aula. Os nossos estudantes têm procurado cada vez mais vagas em instituições privadas de Ensino Superior e, para superar este cenário, exige coragem para revogar esta reforma ultrajante. Seu objetivo é privatizar nossas escolas e universidades. Diante dessa situação, é preciso reiterar aos diversos representantes da sociedade, como gestores, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários ou organizações sociais possam se comprometer para consolidar uma educação pública de qualidade.

Considerando o sistema econômico atual, sistema este que corrompe os menos desavisados, estabelece padrões, seleciona caráter, dita culturas, normatiza preconceitos, e, portanto, comercializa a educação. Um direito é transformado em mercadoria diariamente, princípios são

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

tolhidos todos os dias para que o sistema capitalista possa exercer sua organização cada vez mais facilmente, tendo como princípio a consciência crítica é que devemos buscar compreender como essas empresas que hoje dominam a comercialização da educação começaram a investir seu capital nessa área.

Para exemplificar, que a educação está cada vez mais ofertada para os interesses do mercado, é importante destacar a mercantilização da educação com apoio das instituições privadas, muitos não vieram diretamente do campo da educação, muitos entraram no mercado pelas análises que fizeram e conseguiram vislumbrar um mercado promissor, a título de ilustração discutiremos a multinacional Pearson. A Pearson foi fundada por Samuel Pearson em Yorkson, Inglaterra, desde 1844, mas sua primeira empresa, S.Pearson and Son, estava no setor de construção e, em 1880, tornou-se uma das maiores empresas de construção do mundo. Em 1920, a indústria da construção fechou e de acordo com o site, é a maior empresa de educação e já foi a maior editora de livros do mundo. Em 2013, a Pearson fundou sua unidade Penguin Books com o conglomerado alemão Bertelsmann. Em 2015, a empresa anunciou uma mudança para se concentrar especificamente na educação.

Portanto, podemos destacar como as corporações multinacionais a Pearson exerce influência em mais de 70 países, com objetivos claros em favor do capital de mercado, tendo em vista a influência que os críticos Pearson exercem na educação pública, considerando que é uma empresa comercial, como sonegação de impostos, alto valor contratos, bem como demitir professores em um caso para compensar os altos custos dos testes. A Pearson tem em seu discurso como um enorme impacto na educação no Brasil, evidenciada em seu site. (PEARSON, s.d.)

A Pearson é considerada uma das maiores empresas privadas na área de ensino no Brasil, atuando na área desde a década de 1970, a Pearson oferece uma “vida inteira de soluções completas e personalizadas”, desde educar crianças até a idade adulta, por meio de linhas de negócios focadas em educação básica, idiomas, ensino superior e treinamento corporativo e profissional. Na área de educação básica, é referência com os sistemas de ensino *COC by Pearson*, *Dom Bosco by Pearson* e *Atitude by Pearson* para escolas privadas, e *NAME* para escolas públicas. (PEARSON, s.d.) importante salientar, o quando tem sido presente os entraves da privatização da Educação de maneira camuflada, e por isso, gostaríamos de salientar a importância da luta, por uma educação pública de qualidade. Vamos apresentar a tabela 1, que

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

apresenta os dados das editoras no ano de 2019 que tiveram mais títulos adquiridos nas escolas públicas.

Tabela 1 – Editoras com mais títulos adquiridos em 2019

EDITORAS	EDITORAS VALOR TOTAL (R\$)	TÍTULOS DQUIRIDOS
Moderna	334	245.474.157,13 2
Edições SM	232	114.721.621,41
FTD	226	143.397.824,93
Saraiva	216	97.612.280,70
Ática	208	215.334.753,96
Editora do Brasil	167	72.238.911,16
Scipione	92	60.424.046,87

Fonte: FNDE, 2019. Elaboração das autoras

O processo de privatização no contexto da Educação pública torna-se cada vez controlado pelo Capital, à medida que os processos pedagógicos e a organização se voltam cada vez mais para atender aos interesses do mercado. Neste caso, o setor privado vem oferecer “serviços” com base nos interesses monetários e, assim estamos diante do enorme fracasso intelectual. Nesse sentido, Frigotto (2006, p. 170), alerta que “Os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cuja, forma de veiculá-los é tida como mais relevante que os próprios conteúdos, e a hierarquização e o parcelamento do processo pedagógico constituem-se em formas de controle da produção e divulgação do saber que se processa na escola [...]”.

Cada uma das recomendações educacionais dos Institutos são estabelecer nas escolas públicas um modelo de formação, aprendizagem, gestão e avaliação vinculado às demandas do modo de produção capitalista, o que requer a formação de sujeitos que saibam “fazer”, a fim de serem produtivos, pois é o que se espera dos adolescentes e jovens no processo de formação, que é satisfazer a lógica do capital, formar para ser produtivo sem pensar. É perceptível cada vez mais a divisão social do trabalho, entre aqueles que pensam e aqueles que produzem, entre trabalho material e intelectual (ENGELS, 1876).

A reforma do Estado impulsiona a mercantilização do setor da educação mediante a adoção de medidas legais que privilegiam a expansão do ensino privado, tais medidas recebem

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

influências explícitas do BM, que sugere a diferenciação das instituições, a diversificação de financiamentos e a redefinição do papel do estado no setor.

Fazemos destaque, a uma entrevista de Ariano Suassuna ao G1 Globo em 2007: “O que é muito difícil é vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois :o país dos privilégios e o país dos despossuídos”. Nessa perspectiva e da realidade que temos vivenciado a privatização do ensino corrobora com a desigualdade sócio econômica existente no país. Tendo como vertente a cultura de inferiorização das minorias e a negligência governamental, compreendendo que apesar de um direito, a educação se restringiria nas mãos da pequena minoria privilegiada, enquanto a majoritária parcela despossuída sofreria.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, no artigo 1 diz que, “Todos seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos [...]”, desse modo com a privatização da educação, a declaração deixa de ser cumprida e passa a ser ignorada, visto que a educação privada tornaria ainda mais instável as oportunidades, demonstrando o descaso do governo a população que necessita de um ensino público de qualidade.

É evidente que são necessárias ações que torne inválida a privatização da educação, tais como lutas, debates e muita conscientização, informando os cidadãos dos riscos de uma privatização, para que possamos garantir uma igualdade constitucional, pois os debates acerca dessa mercantilização possibilita mostrar as transformações feitas pela perspectiva neoliberal através da implantação do Estado mínimo e da privatização da esfera pública, ajustando, portanto, a educação ao modelo de reestruturação produtiva, à qual é oriunda da nova base técnica e dos processos de globalização.

A partir dessa análise é possível concluir que o discurso sobre privatização, não deve e não pode ser mantido apenas no campo acadêmico, mas levado para discussão em diversos espaços, para que seja democratizado na sociedade brasileira. Ademais, tal conceituação demonstra de forma explícita a necessidade de uma conjuntura em que a educação não seja somente mais um produto do mercado capitalista.

Considerações finais

O processo de privatização no contexto da educação pública é cada vez mais controlado pelo capital, pois o conhecimento, os processos de ensino e as organizações estão cada vez mais voltados para atender aos interesses do mercado. Como bem público e direito de todos, a Educação não pode pertencer à esfera privada do mercado do ponto de vista da universalidade.

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

Para Montaño (2002), o atual processo de privatização visa eliminar e esvaziar as dimensões dos direitos universais dos cidadãos em relação às políticas sociais e às novas e ricas demandas lucrativas do setor empresarial. A educação é um bem público e deve ter um propósito público, pois a educação como propósito privado é uma mercadoria, não um direito.

A educação pública está progressivamente incorporada à concentração do capital privado. A educação é um bem público e, portanto, uma finalidade pública, e se essa finalidade não for cumprida, torna-se uma mercadoria, e conseguimos perceber o quanto as reformas educacionais concentram-se na demanda do mercado. A luta é contínua, e a manutenção de uma educação pública e de qualidade, tanto em termos de acesso quanto de permanência, exige muitos enfrentamentos, pois ter uma educação pública e de qualidade é direito, dever e responsabilidade de todos.

É preciso analisar o quanto a Educação pública brasileira sofreu nos últimos anos no processo de privatização, promovido e legitimado pelo Estado a serviço do capital, na mesma medida em que o Estado é responsável pela qualidade da educação pública. No entanto, isenta a responsabilidade de garantir um ensino de qualidade, permitindo que empresas educacionais e organismos de mercado participem da formulação e implementação de políticas públicas que atendam aos interesses do sistema capitalista e, as organizações privadas intervêm na educação pública por meio de pacotes educacionais relacionados à aprendizagem, estreitando os propósitos formativos. “Este é um momento de luta e muitos embates entre privatistas e defensores de uma educação pública e universal como Direito.” (BORGHI, 2018, p. 30).

As parcerias no sistema público minam a autonomia das instituições de ensino para desenvolver a práxis pedagógica, e currículos escolares e, nesse sentido este estudo visa contribuir para esse debate, buscando destacar que por meio da privatização da educação, os incentivos criados por interesses específicos de mercado podem impor severas consequências qualidade da educação nas escolas públicas, desencadeando cada vez mais uma Educação sucateada, desqualificada e estigmatizada.

Referências

ADRIÃO, T. *et al.* **Uma modalidade peculiar de privatização da Educação pública: a aquisição de “sistemas de Ensino”** por municípios paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 27 de maio de 2022. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado Federal: 1988.

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

BORGHI, R. F. **Que educação é pública? A privatização de um direito.** *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 46, p. 19-32. mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/EccoS.n46.7832>> .Acesso em: 12 mai 2022.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em <<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 25 agosto. 2022

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1876. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acesso em: 15 junho,2022

JORNAL DA GLOBO. Entrevista com Ariano Suassuna: O autor de O Auto da Compadecida e Romance d´a Pedra do Reino conversa com o Jornal da Globo.. **Jornal da Globo**, [S. l.], p. 1-2, 12 jun. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL879161-16021,00-NTREVISTA+COM+ARIANO+SUASSUNA.html>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MONTES, Fabio. Escola ou empresa? O ensino e neoliberalismo no Brasil.<https://www.youtube.com/watch?v=6hGaklkYbEg>. 21 julho de 2020.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO,C. **Terceiro setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo:2002.

PEARSON. s.d. Disponível em: <<https://br.pearson.com/>>. Acesso em: 13 jun.2022.

PEARSON. s.d. Disponível em: <<https://br.pearson.com/>>Disponível em: <https://stringfixer.com/pt/Pearson_PLC> . Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos. **Políticas de privatização da educação básica no brasil: alguns apontamentos.** Pesquisa em Foco, São Luís, v. 22, n. 1, p. 249 a 261, 1 jun.2017. Disponível em: http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO. Acesso em: 2 maio 2022.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, ano p.64-83/2021, v. 20, ed. 43, p. p.64-83, 2021.Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SOBRE OS AUTORES

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

Maisa Rose Serra de Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste Bahia- UESB e-mail: maysaserra2@gmail.com

Juliana Barbosa da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste Bahia- UESB e-mail: juaviana2010@hotmail.com

Valéria Souza Lima Brito

Universidade Estadual do Sudoeste, Bahia- UESB

Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade –
GEPEMDECC e-mail: britovaleriaslima@gmail.com